

POLÍTICA DE OPERAÇÃO ELETROSUL

# Gestão temerária tem consequências



Não é só o passivo trabalhista de mais de 40 milhões da ação movida pelo Ministério Público do Trabalho que assombra a Eletrosul. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL também vem aplicando multas à Eletrosul por descumprimento dos Procedimentos de Rede, que vem crescendo em razão da implantação da política de operação pela empresa.

Na mais recente delas, a multa (Auto de Infração AI – 159/2012) foi no valor de R\$ 631.294,89. Desse valor R\$ 200.014,22 são referentes ao não cumprimento dos Procedimentos de Rede, no que se refere ao submódulo 10.14 (5), que trata dos requisitos para teleassistência. Além desse valor a ANEEL estabeleceu um prazo de 30 dias, que termina em 30/10/2013, para a empresa adequar as condições de atendimento da Subestação Passo Fundo. Não havendo adequação, já foi fixada uma multa de R\$ 618.794,00. Caso a empresa não adote as recomendações da ANEEL o total das multas alcançará o valor total de R\$ 1.250.088,89. A Subestação Passo Fundo foi responsável em função de problemas do telecontrole, por um apagão de mais de 3 horas, ocorrido no dia 08/09/2011 e que deixou no escuro 30 municípios do Rio Grande do Sul.

Outra multa aplicada pela ANEEL foi por irregularidades verificadas na fiscalização efetuada na SE Ivaiporã (Auto de Infração AI 093/2012), no valor de R\$ 286.726,94. Nesse caso o motivo foi a falha na manutenção do sistema de supervisão comando e controle da empresa. A Eletrosul tentou a conversão da multa em advertência, mas foi negada pela ANEEL em função da infração ser reincidente já que a empresa tinha sido autuada por idêntica infração nos últimos 4 anos, conforme consta do Processo n. 48500.002307/2007-35 relativo à SE Gravataí.

No cálculo das multas aplicadas pela ANEEL é considerado o fator de dosimetria (que pode elevar ou reduzir o valor da multa aplicada) e no caso do AI 093/2012 foram considerados 8 Autos de Infrações nos últimos quatro anos (AI 045/2007; 053/2007; 168/2008; 051/2009; 085/2009; 066/2010; 074/2010; e 075/2010). As infrações consideradas nesse fator são as irrecoráveis, ou seja, a empresa teve que pagá-las.

Além das multas, a Eletrosul não vem cumprindo as determinações da ANEEL relacionadas às irregularidades verificadas nas inspeções da Agência nas unidades da empresa, como é o caso da adequação dos tempos de atendimentos às subestações de Ivaiporã, Salto Osório e Salto Santiago. Ao não cumprir as determinações da ANEEL a empresa assume o risco de estar descumprindo os Procedimentos de Rede e de ser penalizada pela Agência, como foi no caso Passo Fundo.

Com essas atitudes a diretoria da Eletrosul está fazendo uma gestão temerária, pois ao não cumprir as notificações efetuadas pela ANEEL, em relação às “não conformidades” da sua Política de Operação, está impondo prejuízos para empresa que poderão ser ainda maiores conforme as ocorrências e multas aplicadas. Além disso, esse prejuízo se estende para a sociedade com elevação dos riscos no fornecimento de energia e aos empregados que ficam condicionados a operar em condições cada vez mais inadequadas.

No link a seguir você acessa o vídeo do julgamento do recurso da Eletrosul para a ANEEL do AI 159/2013 (apagão no RS)

<http://www.youtube.com/watch?v=fL1N1yIkOp4>

## PLR 2012 - O prazo final é hoje

Os sindicatos que compõem a Intersul tem buscado junto a diretoria da Eletrosul, através de reuniões e correspondências, a rediscussão do valor distribuído à título de PLR 2012. Diante da resposta evasiva da Empresa (CE- 0098, 10/10/13): "...informamos que estamos concentrando esforços sobre o assunto para apresentar, oportunamente, o posicionamento conclusivo da empresa", a Intersul deu um prazo até hoje, 31/10, para que a diretoria se manifeste definitivamente. A depender da resposta ou não da empresa, na data prevista, os sindicatos levarão o assunto para encaminhamento junto a categoria. Fique atento!

## Sinergia distribui cartilha a terceirizados

Dirigentes do Sinergia efetuaram a distribuição de cartilhas que tratam da prevenção contra o assédio moral no trabalho, para os trabalhadores terceirizados da jardinagem, limpeza e conservação do edifício sede da Eletrosul. Elas foram elaboradas com objetivo de elucidar conceitos e procedimentos quanto ao combate contra esse que é um dos grandes causadores da desestabilização emocional e profissional dos trabalhadores, ou seja, o assédio moral no trabalho. A produção da cartilha é patrocinada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Ministério Público do Trabalho e pelo Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador do Estado de Santa Catarina.



Tal iniciativa do Sinergia faz parte de um contexto de atividades próprias e permanentes, mas que coincidiu com o evento que a Eletrosul promoveu com foco na qualidade de vida, denominado por "Semana de Qualidade de Vida". A saúde do trabalhador é o eixo principal da motivação para combater o assédio moral no ambiente laboral. Nessa perspectiva, esse tipo de agressão contra o ser humano é entendido como gerador de riscos para o ambiente de trabalho tanto no plano físico como mental, uma vez que estamos falando de um agente degradador e porposital, na maioria das vezes, das condições de vida dos empregados em geral.

O sindicato solicitará mais cartilhas ao Ministério Público do Trabalho, visando a distribuição para todos os empregados da sua base de atuação. Outras atividades virão. Aguarde!

### Vem aí plebiscito para sistema político

Uma pesquisa realizada pelo Ibope na última semana de julho, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), levantou que 85% dos brasileiros são a favor da reforma política, sendo que 84% querem que as mudanças possam valer já para as eleições de 2014. Ainda de acordo com a sondagem, 92% disseram ser favoráveis à realização da reforma política por meio de projeto de lei de iniciativa popular.

E é isso que movimentos sociais brasileiros estão articulando: um plebiscito popular para acontecer em 2014 com a seguinte pergunta: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?"

A campanha será lançada nacionalmente no próximo dia 15 de novembro e tanto Intercel como Intersul fazem parte da organização nacional.

**TRABALHADORES UNIDOS,  
CELOS FORTE!**  
Vote Henri e Paulo

# Primeira rodada na Tractebel sem resultados concretos

Ocorreu no dia 23/10 a primeira rodada de negociação com a Tractebel. Mesmo tendo discutido todas as cláusulas da pauta de reivindicações a empresa não apresentou qualquer resposta definitiva. A única exceção foi a cláusula 22 que trata da manutenção no plano de saúde dos empregados aposentados por invalidez. Nesse caso a empresa concordou em ampliar de 5 para 6 anos o período de manutenção no plano, abaixo do pedido de 10 anos apresentado na pauta.

Além de não ter respostas para as cláusulas sociais a empresa evitou tratar profundamente de temas relativos ao PCR, Plano Previdenciário e correções salarial e de benefícios. Alegou dificuldades operacionais em algumas cláusulas e noutras limitação financeira, argumento que causou surpresa aos dirigentes sindicais em razão dos resultados financeiros bilionários da empresa.

Para uma empresa que lucrou R\$1,150 bilhão em nove meses e gastou menos de 5% das suas receitas com pessoal, fica difícil aceitar o argumento de falta de condições para atender às reivindicações.

Os dirigentes cobraram na negociação uma proposta que expresse pelo menos parte dos bons resultados da empresa nos últimos anos. Reivindicações como o Auxílio Creche, que constam com a concordância de quase 90% da categoria, conforme pesqui-

sa realizada pela Intersul, e mudanças no PCR e no Plano CD já estão caindo de maduras. O ganho real no salário também não pode ser esquecido, ainda mais quando negociações como os bancários e a Petrobrás, além de várias empresas do setor elétrico, vêm valorizando os salários dos seus empregados acima da inflação.

É importante que a empresa apresente respostas para a próxima rodada, marcada para o dia 06/11. A ausência de respostas satisfatórias para a pauta de reivindicações pode deixar distante um acordo que seja digno de ser apresentado para a avaliação da categoria.



reunião aconteceu dia 23 e serviu apenas para analisar a pauta de reivindicações



## Por que reduzir a carga horaria

MARCIO POCHMANN  
ECONOMISTA

Desde 1995 o movimento sindical vem pressionando o Congresso pela aprovação da redução da jornada para 40 horas semanais e a elevação da hora extra para 75% sobre o valor da hora normal. Esse é o teor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 231/95) do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 2009 e aguarda votação em plenário desde então.

A CUT e as demais centrais sindicais têm realizado inúmeras manifestações pedindo a aprovação da PEC. Todo mundo concorda que a redução da carga horária na vida do trabalhador será uma

mudança positiva (maior convívio familiar mais horas dedicadas ao estudo e aperfeiçoamento, mais atividades culturais, lazer e descanso). O que está faltando? Derrubar resistências de setores empresariais que apenas vislumbram aumento de lucros, cegamente, sem preocupações sociais.

Estudos do Dieese mostram que a jornada de 40 horas semanais (sem redução de salários) reduz o desemprego, diminui as horas extras, aumenta produtividade e tem impacto positivo no quadro de doenças laborais. A jornada de trabalho menor é instrumento eficaz também para a distribuição de renda, num esforço para diminuir a concentração de renda, as desigualdades sociais e de oportunidades no país. Mais de 30 categorias de trabalhadores que já reduziram a jornada de trabalho, sem redução de salários no Brasil.

O economista e professor Marcio Pochmann fala da mudança do sistema produtivo, industrial e de serviços e lembra que para chegar ao tipo de produção do trabalho imaterial – desempenhado pelo trabalhador da área de tecnologia e qualquer profissional da área de serviços, com os avanços tecnológicos e as mudanças estruturais que estão ocorrendo no mundo – o profissional trabalha em torno de 18 a 19 horas por dia para o benefício apenas da empresa". O avanço tecnológico e a nova cultura de organização social e econômica da sociedade provocam uma expropriação cada vez maior

do tempo de trabalho do cidadão, que não está mais restrito aos limites da empresa na qual ele trabalha.

Pochmann destacou também que as empresas exigem cada vez mais capacitação de seus profissionais, mas esta qualificação excede seu tempo de trabalho, destruindo o momento destinado ao descanso e ao lazer. "O trabalhador está produzindo muito além do que a jornada e o seu trabalho físico proporcionavam antigamente pela empresa. Por isso, é justo que se reduza a jornada de trabalho para 12 horas semanais, que seriam adequadas para contrapor esse acúmulo de capital que vem ocorrendo devido ao trabalho imaterial", argumentou.

Para Pochmann, o movimento sindical precisa entender que a questão da capacitação do trabalhador é ponto fundamental para o seu fortalecimento. "Os sindicatos devem incentivá-la para que o aperfeiçoamento não fique nas mãos dos empresários ou do Estado. A educação do trabalhador deve e precisa ser um espaço de atuação sindical também", defendeu. O palestrante argumenta que a qualificação e a capacitação são um trunfo importante para os sindicatos negociarem mais e melhores direitos para os trabalhadores. Além disso, propõe a retomada do papel social, de discussão política, como instituição-base para o trabalhador.

## Quem realmente se preocupa com a saúde e segurança dos trabalhadores?

A diretoria da Eletrosul na pessoa de seu presidente e o diretor de operação e engenharia, acuada com a Ação Civil Pública impetrada pelo MPT, através do procurador Sandro Sardá, tenta transparecer que não está nem aí para os questionamentos feitos pelo Ministério Público do Trabalho à "nova política de operação". Questionamentos estes embasados em contundentes depoimentos, estudo psicossocial e prova documental. A tática mudou. Antes, o próprio diretor responsável por essa "boa nova" atacava ferrenhamente e em qualquer espaço quem ousasse fazer alguma crítica. Agora, as coisas estão se espalhando à "boca pequena" no intuito de desmoralizar os sindicatos, colocar uns trabalhadores contra outros afim de criar uma cortina de fumaça visando ofuscar a luz dos fatos e confundir a categoria.

No entanto, é só uma questão de tempo. Fumaça se dissipa rápido! Aliás, não tem mágica que dê conta de esconder o que realmente aconteceu. Uma política de operação enfiada goela abaixo, ignorando totalmente a área de saúde e segurança da Empresa, que apenas foi inteirada da situação quando a coisa explodiu, só podia dar no que deu!

As entidades que compõem a Intersul reconhecem o profissionalismo, a dedicação, o comprometimento dos empregados da Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Medicina do Trabalho (DVSS) e em nenhum momento os dirigentes sindicais deixaram de enfatizar isto. Aliás, a gerente da Divisão já esteve no Sinergia e numa reunião da Intersul expôs os trabalhos desenvolvidos pela área. É falsa a ideia de que ao se questionar uma política específica, implantada por um ato de gestão de uma diretoria que não mediu as consequências para o ambiente de trabalho e não levou em consideração o conhecimento dos especialistas em clima organizacional, está se atacando o amplo programa desenvolvido pela DVSS que é reconhecido dentro e fora da Eletrosul.

**A quem interessa de fato fragilizar essa importante e imprescindível área para a Eletrosul e seus empregados?**

**Pensem nisto e não se deixem enganar!**

Intercel

Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Conselho Editorial: Wanderlei Lenarpowicz. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: jornalismo@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal. www.sindinorte.org | www.sintresc.com.br | www.sintevi.com.br | www.intersul.org | sinds@terra.com.br

# Bancários terão Vale-Cultura

No dia 18 de outubro, na assinatura da convenção coletiva dos bancários, que fecharam acordo após 23 dias de greve, o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Henilton Menezes, comemorou a adesão do setor ao Vale-Cultura. É o primeiro caso de inclusão do benefício em um acordo coletivo. “A partir de agora, com a inclusão na primeira convenção coletiva de trabalhadores, temos certeza de que a adesão ao programa será exitosa”, disse o secretário. A estimativa é de que apenas os bancários movimentarão R\$ 9 milhões por mês. Segundo Menezes, 80% dos brasileiros, “por incrível que pareça, nunca entraram no cinema” e 70% têm a televisão como principal entretenimento. “É um programa que vai ao encontro da diminuição dessa exclusão cultural”, acrescentou o secretário, ele mesmo um bancário (Banco do Nordeste). O governo calcula que o Vale-Cultura tem potencial para somar R\$ 25 bilhões ao ano. Até agora, informou Menezes, 700 empresas aderiram, muitas de pequeno porte, demonstrando o interesse em empresas de diversos tipos e tamanhos. O vale é de R\$ 50 por mês, com desconto de 2% a 10%, conforme a faixa salarial.

## O que é o Vale-Cultura?

O Vale-Cultura é um benefício de R\$ 50,00 mensais destinado aos trabalhadores de carteira assinada para estimular o acesso à cultura, com o consumo de bens, serviços e atividades culturais. O Vale-Cultura tem por objetivo facilitar e estimular o acesso a produtos e serviços culturais, como ir ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou mesmo comprar ou alugar CDs, DVDs, livros, revistas, jornais, instrumentos musicais. O Vale também pode ser usado para fazer cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura ou teatro. Pode receber o Vale-Cultura os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que recebam, prioritariamente, até 5 salários mínimos. Os trabalhadores das demais faixas salariais poderão receber o benefício após a parcela que recebe até 5 salários mínimos ser atendida. Os trabalhadores poderão receber o Vale-Cultura, desde que sua empresa faça adesão ao programa.



## Nada de “cor de rosa”

As mulheres tiveram de brigar mas conseguiram arquivar na semana passada um projeto de lei que criava na cidade de São Paulo o “ônibus rosa”: a obrigatoriedade de ônibus e vagões de trens e metrô específicos para o público feminino em pelo menos metade da frota, de segunda à sexta, no período das 6h às 10h e das 16h às 20h. Para o movimento feminista a proposta era um absurdo de segregação feminina. Em vez de acabar com o assédio o projeto de lei foi recebido como uma “expressão de machismo” que ao proteger os machões banaliza a violência e também não apresenta propostas educativas,

punição aos agressores ou soluções para os problemas do transporte público.

### Espaço público para todos e todas

Sonia Maria Coelho, da Marcha Mundial de Mulheres, apontou a grave discriminação na ocupação dos espaços: o público, visto como prioritariamente dos homens, e o privado, reservado às mulheres. Representando a Marcha das Vadias de São Paulo, Gabriela Alves disse que o PL só reforça a cultura do estupro, na qual as vítimas são culpadas pela violência sexual sofrida e o agressor é eximido de sua responsabilidade. “A liberdade de ir e vir deveria ser comum a todos e todas, sem jamais pensar que é preciso segregar mulheres, gays ou lésbicas. O transporte que se diz público tem que ter, sim, aparato de segurança para evitar esse e outros tipos de violência”.

No Rio de Janeiro já funciona há 7 anos, no metrô, um vagão exclusivo para mulheres. Desde o meio deste ano, o metrô do DF adotou a mesma medida. O “vagão rosa”, como é conhecido em alguns lugares, já foi implementado no Japão, Egito, Índia, Irã, Indonésia, Filipinas, México, Malásia e em Dubai. O fato de apenas países de cultura sabidamente machista terem implementado esse tipo de política pública não é uma coincidência. Observando um pouco mais de perto a questão, fica claro que além de não resolver nada e reforçar a heteronormatividade e o próprio machismo, os vagões exclusivos ainda fomentam uma outra forma de opressão de gênero.

## Dia do Saci Pererê

31 de outubro



A celebração do Dia Nacional do Saci-Pererê em Florianópolis vai ser no dia 31 de outubro, quinta-feira, das 15 às 17 horas, na Esquina Democrática. Ela acontece para se contrapor à festa do Halloween, mito norte-americano. Uma história bonita, mas que não é nossa. Já o Saci-Pererê é a própria rebeldia, a alegria, a liberdade. Conta a história que esses seres já existiam bem antes do tempo que os portugueses invadiram nossas terras. Ele nasceu índio, moleque das matas, guardião da floresta, a voejar pelos espaços infinitos do mundo Tupi-Guarani. Quando milhares de negros, caçados na África e trazidos à força como escravos, chegaram no já colonizado Brasil, houve uma redescoberta. Então, o moleque índio ficou preto, perdeu uma perna e ganhou um barrete vermelho, símbolo máximo da liberdade. Ele era tudo o que o escravo queria ser: livre!

A festa vem sendo patrocinada, em Florianópolis há anos, promovida Revista Pobres & Nojentas, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal do Estado de Santa Catarina (Sintrajusc) e do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (Sintufsc). No dia haverá música, contação de histórias, brincadeiras e distribuição de “sacizinhos”.